

Ano de Impressão 2010

Rosângela d. S. Corrêa¹
Ecivaldo d. S. Matos²
Francisca d. O. Cruz³
Eloiza d. S. G. d. Oliveira⁴

**REFLEXÕES SOBRE TRÊS PROGRAMAS DE
POLÍTICA EDUCACIONAL COM USO DE
TECNOLOGIAS EM UM BRASIL INTEGRADO**

RESUMO: Este artigo descreve reflexões resultantes de uma pesquisa teórica e documental sobre os impactos das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas políticas públicas voltadas à educação brasileira. Três programas educacionais que permeiam todo o território nacional foram visitados: E-Tec Brasil, UAB, ProInfo. O material apresentado faz parte dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Laboratório de Estudos da Aprendizagem Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LEAH/UERJ).

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, política educacional, tecnologia educacional.

STUDY ABOUT THREE EDUCATIONAL PROGRAMS
WITH THE USE OF ICT IN BRAZIL

SUMMARY: This paper describes a theoretical study about the ICTs' (information and communication technologies) impacts on the public policies that focus on brazilian education. Three national educational programs were visited: E-Tec Brasil, UAB and ProInfo. These reflections are part of researches developed in the Human Learning Studies Lab at the School of Education of Rio de Janeiro State University (LEAH/UERJ).

KEYWORDS: public policies, educational policy, educational technology.

Data de recebimento: 19/07/2009. Data de aceite para publicação: 29/09/2009.

¹ Supervisora Educacional da Rede Municipal de Educação de São Gonçalo-RJ. Mestranda em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de Estudos da Aprendizagem Humana/UERJ. Rua São Francisco Xavier, 524, sala 12.040-F. Maracanã, Rio de Janeiro, RJ. CEP 20550-013. Endereço eletrônico: rosangela_correa@terra.com.br.

² Mestre em Informática. Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Educação na Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: ecivaldomatos@usp.br.

³ Mestre em Administração Pública. Professora do Programa de Formação de Tutores e Professora-Mentora do FGV Online. Coordenadora Acadêmica do MBA Gestão Educacional. Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: foc.gp@uol.com.br.

⁴ Doutora em Educação. Profa. Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório de Estudos da Aprendizagem Humana - LEAH/UERJ. Endereço eletrônico: eloizagomes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Matos (2008), atualmente todas as atenções estão voltadas para as tecnologias de informação, processamento e comunicação, sejam no aspecto produtivo (P&D), sócio-antropológico ou cultural. Desta forma, surgiu uma nova configuração cultural chamada de cibercultura que é baseada num espaço virtual, cujos tempos e espaços estão sendo redefinidos a todo o momento (LÉVY, 1999).

É certo que as técnicas são realidade no cotidiano humano desde o início dos tempos da civilização e da sociedade. Desde então, o homem as tem utilizado para os mais diversos fins, adaptando-as para o seu melhor uso e benefício. Sendo assim, as técnicas e as tecnologias não podem ser estudadas e/ou avaliadas por si só, mas devem ser contextualizadas às realidades sociais as quais estão circunscritas.

Ao longo do tempo, recursos tecnológicos foram introduzidos no cotidiano escolar e, hoje em dia, encontramos a informática e seus desdobramentos. Mesmo assim, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação ainda são analisadas individualmente, contribuindo para a resistência na utilização destes recursos dentro da escola.

Todavia, independente das TIC em voga, o Brasil possui normas, regulamentos e indicadores específicos para a educação com validade em todo o território nacional. Eis que, à luz dos objetivos educacionais colimados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a inserção da tecnologia em todos os níveis educacionais é um caminho necessário e irreversível quanto à sua relevância, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96 – LDB, BRASIL, 1996) define que a educação tem por objetivo o desenvolvimento da capacidade do indivíduo em aprender e “[...] a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade [...]”, além de outras importantes intervenções (ibidem, art. 34º).

A inclusão das TIC no processo de ensino-aprendizagem se fundamentaria pela potencialidade de instrumentalizar o aluno para sua inserção social, simplesmente pelo domínio da tecnologia ou para possibilitar o desenvolvimento de novas competências? Quais seriam essas novas competências?

Estas são questões claras de política pública educacional, tanto na escala da unidade escolar, ao passar pelo plano pedagógico anual, quanto na escala do próprio sistema educacional, no que diz respeito à busca de condições básicas e reais para a implantação de projetos nacionais que garantam os direitos a todos de ter acesso participativo ao conhecimento, o que muito pode ser facilitado pela tecnologia, como

já indica os Desafios da Pesquisa em Computação – 2006-2016 (LUCENA et al., 2006).

Neste sentido, este texto apresentará reflexões acerca de três programas no âmbito público federal que dispõem sobre o uso das TIC: ProInfo (Programa Nacional de Tecnologia Educacional), E-Tec (Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil) e UAB (Sistema Universidade Aberta do Brasil). Esses programas foram escolhidos por conta da sua capilaridade territorial e por contarem com resultados que já podem ser utilizados de forma reflexiva, com o objetivo de investigar a eficácia e real permeabilidade escolar em nível sistemático.

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: DA ORALIDADE AO COMPUTADOR

A história das tecnologias educacionais é longa e tem seu início na oralidade (POSTMAN, 1994). Desde os discursos e os diálogos dos mais remotos mestres, filósofos e pedagogos, passando pelo uso da escrita no pergaminho de papel. Otto Peters (2004) apresenta uma dessas evidências com um exemplo histórico, referindo-se ao apóstolo São Paulo em sua missão quando esse usou as tecnologias da escrita e os meios de transporte da época com o objetivo de “fazer seu trabalho missionário sem ser forçado a viajar. Isso já era claramente uma substituição da pregação e do ensino face a face por pregação e ensino assíncronos e mediados. E foi uma abordagem baseada na tecnologia, ainda que pré-industrial” (ibidem, p. 29).

Com o propósito de facilitar os processos de comunicação e de ensino-aprendizagem, diversas tecnologias de mediação têm sido constantemente desenvolvidas, atendendo as mudanças de paradigmas sociais que refletem nas práticas escolares, promovendo uma educação que atenda as expectativas da nova realidade social.

Essa reflexão é muito bem delineada através das relações entre surgimento de novas tecnologias e mudança social, sem contar que cada uma dessas tecnologias “foi importante para a criação de uma nova relação entre as ferramentas e a cultura” (POSTMAN, 2004, p. 38).

Com o advento das TIC, os recursos computacionais estão cada vez mais ubíquos na sociedade, e automaticamente acabam refletindo nas práticas educacionais. Milton Santos (2008) já antecipara que o surgimento das ferramentas e a história da evolução da humanidade estão interligados, pois diz que “[...] cada sistema técnico representa uma época. Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informação, da eletrônica” (p.25).

Portanto, as reflexões sobre as tecnologias educacionais não podem se encerrar no computador, porque a cada nova necessidade tecnológica social, a educação será provida de outras tecnologias para dar conta da formação desse novo homem, que, como um ser ontocriativo, está sempre em evolução. O importante, então, é saber como, para quê, por que e a favor de quem usar essa história tecnológica.

NOVOS ALUNOS, NOVAS POLÍTICAS

Para estudar os impactos das políticas públicas educacionais pautadas no uso de tecnologias informáticas é preciso compreender, antes de tudo, qual o perfil desse novo aluno que chega à sala de aula com um arcabouço de conhecimentos e de possibilidades tecnológicas muitas vezes superiores ao conjunto de conhecimentos dos professores.

Santaella (2004) estudou as novas formas de percepção e cognição que as atuais TIC e estruturas híbridas e alineares do texto escrito estão fazendo emergir, enumerando três tipos de leitores. O primeiro deles é o leitor contemplativo, que possui o perfil cognitivo do leitor de livros, cuja leitura é individual, sendo diferenciado do segundo tipo que é o movente, uma vez que esse leitor é um leitor apressado, atraído por linguagens fugazes e híbridas. Já a última classificação é a do leitor imersivo, reconhecido como aquele que transita entre diferentes linguagens, com singular familiaridade.

Uma vez que os alunos são leitores de um conjunto signico de informações, imagens, símbolos, índices e ícones, as categorias definidas por Santaella (*ibidem*) também podem ser aplicadas a eles. Neste caso, o aluno tradicional é do tipo contemplativo, enquanto o novo aluno é imersivo.

À medida que este aluno compartilha seu cotidiano pessoal e escolar, ele tende a acreditar que a aprendizagem pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento, e também a caminhar do (tipo) contemplativo para o imersivo, com uma “mente aberta” (PALLOFF & PRATT, 2004).

Para dar conta dessa nova realidade e de todo o processo de ensino-aprendizagem, a estrutura educacional que o suporta deve estar adequadamente preparada para possibilitar o desenvolvimento de novas competências, tais como comunicação interpessoal e em grupo, resolução de problemas e capacidade de síntese, de abstração e de análise, permitindo aos profissionais da educação e aos alunos darem saltos cognitivos e não mais apenas reproduzir fórmulas, teoremas ou de manusear máquinas e softwares de forma acrítica.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS COM USO DE TECNOLOGIAS

Os programas nacionais de caráter público desenvolvidos na área da tecnologia educacional no Brasil são diversos. Eles são distribuídos nas três esferas de governo e estabelecem uma unidade básica, de acordo com as propostas dos parâmetros curriculares nacionais, prevendo proporcionar condições de acessibilidade e de conhecimento para todos os cidadãos. Neste sentido, cabem reflexões como: Será que esse acesso realmente está ocorrendo de forma equitativa em todo o território nacional? Todos os alunos da educação básica, profissional e superior estão tendo as mesmas condições de estudo nas diversas regiões do Brasil?

É importante frisar que ao atender as diretrizes estabelecidas pela LDB, contemplando a educação básica, profissional e superior dentro do território nacional, os governos exercem suas responsabilidades, pois os direitos iguais para todos os brasileiros estão legitimados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) que determina como um de seus objetivos a garantia do desenvolvimento nacional e descreve, dentre outros, o direito à educação.

Para fins deste estudo, será dada ênfase aos programas: ProInfo, E-Tec e UAB. Estes programas foram escolhidos por conta da sua capilaridade territorial e por contarem com resultados que já podem ser utilizados de forma reflexiva, com o objetivo de investigar a eficácia e real permeabilidade escolar em nível sistemático.

Tal permeabilidade é a capacidade de um programa e, conseqüentemente, de um conjunto específico de políticas públicas educacionais a ser implementado em todas as regiões do país, logrando sucesso segundo os seus indicadores iniciais de objetivos efetivos, a partir das suas próprias experiências.

Não obstante, a prática de tais programas revela alguns entraves na utilização de TIC na área educacional que inibem a sua permeabilidade. Dentre eles é possível mencionar a resistência dos professores em incluir no currículo escolar as atividades realizadas com o auxílio de meios informatizados e uma visão superestimada das potencialidades tecnológicas sobre as potencialidades pedagógicas das tecnologias informáticas, inclusive sobre o fracasso escolar.

Como afirma Arroyo (1992), a estrutura do sistema educacional é a principal responsável pelo fracasso escolar. Todavia, para Libâneo (2005), a reprovação não pode ser atribuída a causas isoladas, mas a um conjunto de fatores que envolvem as deficiências pessoais dos alunos, os fatores de natureza sócio-econômica ou da organização escolar. No entanto, Libâneo (ibid) aponta a organização curricular e metodológica da escola como a mais decisiva nesse aspecto.

PROINFO - PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Quanto à educação básica, que contempla ensinamentos fundamental e médio, podemos citar o ProInfo, programa desenvolvido pelo Ministério da Educação, através da portaria 522, de 9 de abril de 1997 (BRASIL, 2009), com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública. O programa disponibiliza computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais, enquanto os governos estaduais e/ou municipais garantem a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores no uso das TIC. Processo que ocorre em duas etapas, conforme descreve Valente (2003):

a primeira consistiu na montagem dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) e na formação de professores multiplicadores para atuarem nesses núcleos; a segunda etapa, ainda em curso, consiste na implantação de laboratórios de informática nas escolas e a continuidade da formação de professores (*ibidem*, p.27).

Sendo que, mesmo com toda a estrutura do programa, o aspecto que ainda precisa ser superado é a formação dos professores-multiplicadores, pois “essa tarefa de formação tem sido difícil e tem sido objeto de pesquisa de novas metodologias de formação, desenvolvidas por grupo de pesquisadores das universidades e de instituições que têm atuado nessa área” (*ibid*, p. 29). O programa já possui alguns dados acessíveis por meio do Relatório dos Indicadores entre 1997 a 2006 (BRASIL, 2007), atualizado em 17 de outubro de 2006 e disponível no site do MEC. Através desses números é possível refletir que, além da formação dos professores-multiplicadores, outros aspectos precisam ser avaliados para que os recursos canalizados, bem como seus fins, possam ser acompanhados e que os resultados qualitativos sejam alcançados.

Portanto, a sociedade tem que ser informada de seus direitos para poder garantir a efetivação dos mesmos.

UAB – SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado em 2005 pelo Ministério da Educação no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior, sendo

instituído pelo Decreto nº 5800, de 08 de junho de 2006.

Esse sistema está organizado em cinco eixos fundamentais, que permeiam: a expansão, o aperfeiçoamento da gestão, a avaliação, a contribuição para a pesquisa e o financiamento da educação superior a distância, alcançando todo o território nacional brasileiro. Dentre eles há dois eixos que possibilitam os demais eixos e que podem ser destacados:

- expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

A prioridade da UAB é a formação de professores para a educação básica e para a própria administração pública, através da articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros. Desse modo é possível promover, por meio de uma metodologia da educação à distância, o acesso ao ensino superior das camadas populacionais excluídas do processo educacional com o apoio de pontos chamados Pólos de Apoio Presencial. Esses pólos são espaços físicos, estrategicamente localizados em microrregiões e/ou municípios com pouca ou nenhuma oferta de educação superior, mantidos por municípios ou governos de estado, que oferecem a infraestrutura tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos desenvolvidos.

Foram abertos, até hoje, dois editais da UAB. O edital 01, conhecido como UAB-1, foi publicado em 2005 e destinado apenas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o objetivo de

(...) fomentar o “Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB”, que será resultante da articulação e integração experimental de instituições de ensino superior, Municípios e Estados, nos termos do artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no País, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica (BRASIL,2005)

Em 2006 foi publicado o Edital UAB-2 (BRASIL, 2006), direcionado à universidades públicas das esferas estaduais e municipais e, também, à instituições de ensino tecnológico e profissionalizante.

É válido ressaltar que a construção do Sistema UAB encontra-se na metade do caminho, pois foram alcançadas 67% das suas metas. O objetivo é alcançar 830 pólos até 2010, o que consolida o programa. Cabe, no entanto, ressaltar a efetivação de 35.000 vagas pelo programa UAB.

E-TEC BRASIL

O Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil) foi criado pelo Ministério da Educação, instituído pelo Decreto nº 6301, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), a partir da articulação entre a Secretaria de Educação a Distância e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Esse sistema está organizado em oito eixos fundamentais, onde encontramos: ações de expandir o sistema de escola técnica, permitir a capacitação profissional inicial e continuada dos alunos, formação específica de docentes e desenvolver materiais pedagógicos tanto para alunos quanto para os profissionais de educação profissional técnico de nível médio. Dois eixos, porém, merecem destaque, pois possibilitam a estrutura nacional de oportunidade tanto inicial quanto de formação continuada em serviço. São eles:

- criar rede nacional de educação profissional a distância pelas instituições públicas de educação profissional;
- permitir o desenvolvimento de cursos de formação continuada e em serviço de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.

O E-Tec Brasil se estrutura a partir da articulação entre instituições públicas de ensino profissionais (federais, estaduais ou municipais) com o objetivo de formar profissionais docentes e cursos para a educação profissional a nível médio nos locais mais remotos do país.

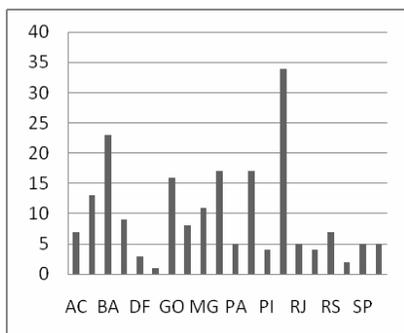


Figura 1 - Total de instituições agraciadas por unidade da federação (BRASIL, 2007).

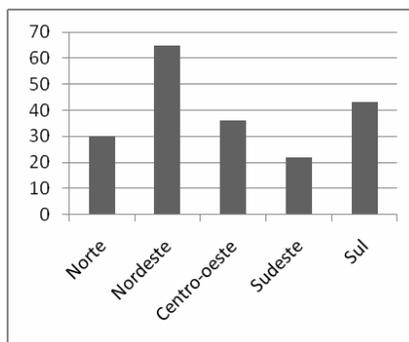


Figura 2 - Total de instituições agraciadas por região político-administrativa (BRASIL, 2007).

Para isso o sistema contará com parte da dotação orçamentária do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Mas, para participar dele, as instituições de ensino elegíveis deverão se submeter à edital e, na maioria dos casos, estabelecerem acordos com governos estaduais e/ou municipais para cessão da infra-estrutura básica.

Até o momento, segundo o MEC (BRASIL, 2007), houve um edital de seleção em que foram contempladas 196 instituições de ensino, distribuídas de forma diferente dentre 20 unidades da federação das cinco regiões político-administrativas, conforme as Figuras 1 e 2.

A legislação nacional estabelece que não pode ocorrer nenhum tipo de discriminação dentro do território nacional brasileiro e que o direito à educação de qualidade é extensiva para todo cidadão. Portanto, a educação pública nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância deve garantir à população estudantil a possibilidade de interagir com as TIC que fazem parte do seu tempo, instrumentalizando-a para atuar de forma equitativa e efetiva na sociedade da qual faz parte.

Porém, infelizmente, não é este cenário que encontramos na imensidão territorial do Brasil, com inúmeras diferenças sócio-políticas, geográficas e econômicas, onde é possível notar que se estigmatiza determinados espaços geográficos, em detrimento de outros.

Para que a educação seja realmente para todos é fundamental uma estrutura nacional básica, perpassando pela parte física adequada às necessidades do nível de ensino e do local, com profissionais bem remunerados e valorizados, com tecnologias de ponta para o fomento de pesquisas e estudos individuais e coletivos, além de uma política

pública administrativo-pedagógica que garanta a continuidade dos projetos e programas estabelecidos por toda comunidade escolar.

Cabe à sociedade promover mecanismos coletivos e democráticos para estabelecer programas pedagogicamente bem fundamentados, onde o conhecimento seja realmente valorizado e utilizado em prol de uma educação transformadora. Visto que este diferencial e suas diretrizes estão previstos na Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 218), especificamente no que tange a Ciência e Tecnologia, ao estabelecer que o Estado “promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. E mais, que a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências” (ibidem).

É importante destacar que, além da compra e da estrutura para o uso diário, seguro e correto das TIC, é necessário um planejamento a curto, médio e longo prazo para possibilitar que todos os usuários da unidade escolar possam se apropriar desse conhecimento com condições de interação junto à comunidade escolar em projetos benéficos para a coletividade, além de promover a consciência necessária para o uso autônomo e crítico. Até porque, o uso e a escolha das TIC na educação não são ações neutras, pois há intencionalidades políticas, comerciais e, por fim, muitas vezes, didático-pedagógicas.

As TIC que já fazem parte da realidade dos alunos devem também estar qualitativamente dentro da sala de aula e do espaço escolar, para que assim, possam ser usadas com ética e responsabilidade social. Sendo importante destacar que o computador, como qualquer outra tecnologia, não deve ser descartado ou descartar as outras fontes de estudo e pesquisa no processo ensino-aprendizagem.

Uma ação educacional envolve um trabalho pedagógico com a utilização de todas as TIC da nossa época para promover pesquisa e produzir conhecimento, instrumentalizando os cidadãos em busca de uma vida mais digna e humana para todos. Lembrando que o poder está no homem e não na máquina. E, para que esse uso seja benéfico ao homem é necessário que sua formação esteja voltada para valores como solidariedade, fraternidade e coletividade.

Acreditamos que o desafio atual da sociedade como um todo não é ignorar a demanda das TIC e, muito menos, de todas as possibilidades de adquirir informações e de estabelecer diversas formas de interação pelas características universais que lhe são peculiares. O objetivo é ter consciência que as tecnologias, inclusive a informática, não são responsáveis pelo sucesso ou insucesso dos programas educacionais implementados pelo governo, mas na constante avaliação e redirecionamento destas tecnologias no uso cotidiano pelos profissionais da educação, pelo governo e pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação Básica. In: **Revista em aberto**, v. 11, n. 53, Brasília: INEP, 1992.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional**. Brasília, 2009. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=462>. Acesso em: 21 jun. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Relatórios indicadores do ProInfo**. Brasília, 2006. <http://sip.proinfo.mec.gov.br/relatorios/indicadores_rel.html#Tres>. Acesso em: 10 jul. 2009.

_____. **Diário oficial da União**, n. 243. Brasília: Imprensa Nacional, 2005, p. 39.

_____. **Diário oficial da União**, n. 200. Brasília: Imprensa Nacional, 2006, p. 24.

_____. **Diário oficial da União**, n. 239. Brasília: Imprensa Nacional, 2007, p. 3-4.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. 25^a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCENA, Carlos J P; MEDEIROS, Claudia M B; LUCCHESI, Cláudio L; MALDONADO, José C; ALMEIDA, Virgílio A F (org.). **Grandes desafios da pesquisa em computação no Brasil – 2006 – 2016**. Porto Alegre: SBC, 2006.

MATOS, Ecivaldo S. A revolução da técnica: análise de possibilidades para a educação mediada por computador. In: Workshop de Informática na Escola. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO. XXVIII. Belém. **Anais**. Porto Alegre: SBC, 2008. p. 11-18.

PALLOFF, Rena M; PRATT, Keith. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Tradução Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios**. Tradução Leila F S Mendes. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2004.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**: a redenção da cultura à tecnologia. Tradução Reinaldo Guarany. São Paulo: Nobel, 1994.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VALENTE, José A. Curso de especialização em desenvolvimento de projetos pedagógicos com o uso das novas tecnologias: descrição e fundamentos. In: VALENTE, José A; PRADO, Maria E B B; ALMEIDA, Maria E B (org.). **Educação a distância via internet**. São Paulo: Avercamp, 2003. p. 23-55.



Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber